



O DESEJO DE CONHECER

(The desire to know)

Professor Dr. José Roberto Abreu de Mattos

Doutor em Filosofia pela Universidade São Tomás de Aquino (Angelicum) – Roma. Professor de Filosofia e Teologia na Pontifícia Universidade de São Paulo (PUCSP).
E-mail: betoguanais@hotmail.com

RESUMO

Os homens, por natureza, desejam conhecer. Sinal disso é o prazer que nos proporcionam os nossos sentidos, pois ainda que não levemos em conta suas utilidades são estimados por si mesmos, destacando-se acima de todos os outros o sentido da visão. Segundo Platão, esta preocupação filosófica sempre foi a razão de ser da filosofia porque o filósofo, amante do conhecimento, busca sempre a verdade. Ele ama o saber. A busca do saber interior exige do filósofo não qualquer conhecimento, mas somente aquele que ele considera como verdadeiro. Invocando as ideias acima externadas, este artigo traduz o exposto objetivo de iluminar os caminhos do leitor na busca desse conhecimento.

Palavras-chave: Desejo. Prazer. Conhecimento. Sentidos. Visão.

ABSTRACT

It is human nature the desire of knowledge. The proof is the pleasure we get from our senses, even though we do not consider its usefulness, they praise themselves, and above all the sentences the main one being the vision. According to Platon this philosophical concern has always been the reason of the being of philosophy; the philosopher who loves knowledge always seeks the truth; He loves to know. The search of inner knowledge, demands from the philosopher, not any kind of knowledge hence what is true. The aim of this article is to enlighten the reader to seek this kind of knowledge.

Keywords: Wish. Pleasure. Knowledge. Senses. Vision.

INTRODUÇÃO

Em um dos mitos mais famosos registrados pela História da Filosofia, Platão nos conta que alguns homens se encontravam presos no interior de uma caverna,¹ induzindo-nos imaginar, de acordo com a descrição dos detalhes dessa prisão-caverna, que se assim permaneciam desde que nasceram desconheciam, por decorrência, o mundo exterior.

Entre esses prisioneiros e a liberdade, ou seja, no limite da entrada da caverna, ardia uma fogueira que impedia esses homens de poderem enxergar o que se passava no mundo exterior, uma vez que se encontravam imobilizados, acorrentados pelo pescoço e presos de costas para a entrada. O único e exclusivo acesso visual para o mundo exterior restringia-se às sombras dos objetos que se projetavam através da entrada da caverna e, uma vez que o lume da fogueira reproduzia a imagem dos corpos exteriores no interior



da caverna, fácil é imaginar, segundo o grande filósofo, que esses homens tomassem essas sombras pela verdadeira realidade, posto que desta nada conheciam de fato.

Apresentamos, assim, o mito da caverna de Platão com o objetivo de revelar a preocupação filosófica não com o conhecimento analisado na sua forma mais simples, mas sim com o conhecimento verdadeiro, razão de ser da Filosofia. Há no surgimento da filosofia este compromisso com o conhecimento e com a verdade, pois filósofo é aquele que ama o conhecer, o saber, consciente de que esse é um amor exigente, requerendo do filósofo não qualquer conhecimento, mas somente aquele que é verdadeiro.

Platão, com a metáfora dos prisioneiros da caverna, sinaliza-nos de forma clara que o conhecimento verdadeiro não é a sombra de uma realidade inatingível, isto é, não se trata simplesmente do vislumbre de algo exterior ao homem, mas daquilo que a razão humana pode apreender.

Sob sua ótica, esta apreensão implica certo *olhar interior*, o *olhar* do intelecto, visto que somente este pode discernir o verdadeiro do falso.

É certo que Platão, por se inserir dentro da corrente filosófica intelectualista, privilegia o conhecimento intelectual em detrimento do conhecimento sensível. Aliás, no sentido platônico, o conhecimento sensível é concebido como enganoso capaz de levar o homem ao erro, conforme ocorreu com os tais prisioneiros do mito da caverna, quando avistavam apenas sombras de objetos, acreditando serem elas a verdadeira essência.

1. DOIS OLHARES: OLHAR EXTERIOR E INTERIOR; CONHECIMENTO SENSÍVEL E INTELECTUAL

Dito isso, importa-nos aqui estabelecer uma conexão entre esses dois olhares humanos, isto é, entre dois olhares: interior e exterior do homem, buscando condição de convergência entre os sentidos e a razão, ou caçando ainda um meio-termo, o que nos reporta a um conceito aristotélico.

Não pretendemos, com essa breve reflexão, promover uma incursão no pensamento de Aristóteles. Vamos isso sim, nos ater às ideias do magno pensador Santo Agostinho, que sem dúvida leu o grande estagirita e seu mestre e propôs outra interpretação para explicar como o homem chega ao conhecimento verdadeiro a partir desses olhares.

Em suas famosas *Confissões*, o grande bispo hiponense nos revela que:

os homens vão admirar os cumes das montanhas, as ondas do mar, as largas correntes dos rios, o oceano, o movimento dos astros [...] e não se admiram do fato de eu falar de todas essas coisas sem vê-las com os próprios olhos; mas eu não poderia mencionar tais coisas se não as visse, na memória, em toda a sua imensidão, como se tivesse diante de mim as montanhas, as ondas, os rios e os astros, que vi pessoalmente, e o oceano, no qual acredito. No entanto, quando os vi com os olhos, não os absorvi; são as imagens deles que em mim residem, e não eles próprios. E sei através de qual sentido do corpo me foi impressa cada imagem. (X, VIII, 15).²



Para Santo Agostinho, o conhecimento sensível implica um duplo olhar humano presente na memória, que se consubstancia nas visões exterior e interior da alma. A alma é a parte interior do homem, sua mente, e através dela podemos conhecer a realidade, já que é nela que residem a inteligência e a memória.

Ainda conforme Agostinho, a inteligência se revela como o processo de autoconhecimento da alma, ou seja, a *visão* do pensamento de si mesmo, podendo, a partir daí, conhecer as coisas inteligíveis, ciente de que a memória é um *vasto palácio*, certa *presença* em nós das nossas lembranças, daquilo que vivemos e sentimos (sensações e sentimentos). Enfim, daquilo que somos e de como somos.

Grosso modo, podemos entender a teoria agostiana a respeito do conhecimento sensível da seguinte forma: os nossos sentidos são afetados pelos objetos materiais; a alma, alertando os sentidos do corpo, capta essa alteração e, a partir da sensação gerada em seu interior, extrai as imagens dos objetos.

A visão exterior da alma diz respeito à presença do objeto, afetando diretamente os nossos sentidos.

A visão interior pode ser concebida como o olhar do pensamento voltado às imagens colhidas durante o processo perceptivo: na ausência do objeto, a mente procura na memória as imagens percebidas, emergindo então a imagem do objeto na forma de lembrança.

O sentido da visão é utilizado por Santo Agostinho para exemplificar o que ocorre com os demais sentidos, no processo perceptivo; o bispo hiponense, contudo, revela uma predileção por ele, pois a visão é de todos os sentidos: aquele que estabelece uma melhor analogia com o *olhar* da inteligência.

Ora, no processo do conhecimento sensível, como observamos, a alma gera um elo entre sensação e pensamento, originando a percepção. Portanto, o conhecimento sensível implica necessariamente um conhecimento inteligível, que podemos traduzir como a mente dando sentido à sensação: a analogia agostiniana se apoia e é explicitada pelo próprio processo da percepção.

Seguindo a herança do pensamento platônico, o grande bispo atribui ao autoconhecimento o princípio do verdadeiro conhecimento. Neste sentido, o conhecimento sensível é uma das etapas do processo do conhecimento de si, pois sendo a alma uma substância incorpórea deve se distinguir daquilo que é corpóreo para se conhecer. Todavia, o entendimento agostiniano se afasta do platonismo, ou seja, da ideia platônica de que o conhecimento sensível pode nos induzir ao erro, pois se erramos segundo Santo Agostinho, não é pela sensação, não é pelo corpo que se erra, mas pela alma, que por meio do pensamento cogitante pode se confundir, atribuindo, no caso, materialidade àquilo que é imaterial.



2. O OLHAR DO PENSAMENTO EM SENTIDO AGOSTINIANO

A ideia de uma *visão interior*, isto é, *do olhar do pensamento*, também possibilita entender, em sentido agostiniano, como a alma possui conceitos concernentes à sua natureza, tais como o que é o belo, o bom, o justo, dentre outros conceitos, de forma que, por exemplo, mesmo sendo injusto, o homem pode perceber quando sofre alguma injustiça. Esses conceitos são chamados pelo bispo hiponense de *razões e verdades eternas*.

Possuímos no cerne do nosso ser essas noções fundamentais que possibilitam o julgamento da razão e nos chegam *ao olhar da mente* por meio de uma *iluminação*, identificada por Santo Agostinho, como a Suprema Verdade, qual seja, a divindade cristã, que é também Suma Sabedoria.

CONCLUSÃO

Retornemos àquela caverna sobre a qual discorríamos no início e eis que, já quase ao final do relato, Platão nos incita a imaginar que, caso um daqueles prisioneiros se encontrasse liberto, cambaleante, divisando o horizonte já do lado de fora da caverna, seus olhos poderiam não estar resistentes à luz do sol, posto que estavam acostumados com a fraca luminosidade da fogueira. Aqui, a analogia entre o conhecimento verdadeiro e a luz do sol é praticamente imediata e os olhos semicegos se afiguram como aquelas inteligências que, tardando nas sombras da ignorância, são momentaneamente ofuscadas pelo conhecimento verdadeiro. Para concluir, Platão identificava o prisioneiro liberto como o filósofo, e a Filosofia como o grande sol que poderia iluminar os *olhos* da inteligência da humanidade, dissipando as trevas da ignorância. Em tempos de pós-modernidade, quem sabe não estejamos céticos quanto à conclusão platônica, que atribuía somente à razão o poder de transformar trevas em luz, principalmente quando essas trevas se traduzem como violência do homem contra o homem. São trevas de balas perdidas, de lutas étnico-religiosas, da guerrilha urbana instituída pelo narcotráfico, da intolerância com o diferente, da corrupção do poder público, enfim, trevas que se instauraram, há séculos, entre os humanos.

No século que se passou a humanidade não vivenciou a paz, infelizmente, por um dia sequer, induzindo-nos ao contrassenso se levarmos em consideração que nunca antes a racionalidade científica experimentou avanços tecnológicos tão significativos como os que ocorreram no século XX. Diante disso, urge que reivindicemos antigos pensadores. Erasmo de Roterdã,³ com o seu tratado sobre a tolerância e Santo Agostinho, com suas incursões sobre o conhecimento e o amor, são autores que, embora distantes no tempo, parecem-nos mais atuais do que nunca e, por expressarem olhares diferentes, nos sugerem uma releitura dessas realidades sombrias.

Talvez nossas trevas sejam maiores do que suspeitou Platão.

BIBLIOGRAFIA



Autores Antigos

ARISTÓTELES, *Metafísica*. Tradução de Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 36 e 38.

CONFISSÕES, (Ed. bilingue: latim-português). Tradução de Arnaldo do Espírito Santo, João Beato e M.-C. De C. Maia de Sousa Pimentel. Introdução de M. Barbosa da Costa Freitas, Lisboa, 2000.

CONFISSÕES (Confessionum), Santo Agostinho. São Paulo: Paulus, 1994.

Literatura Complementar

BOEHNER, Philoteus; GILSON, Etienne. Santo Agostinho, Mestre do Ocidente. *Historia da Filosofia Cristã*. Petropolis: Vozes, 1988.

HAMMAN. Santo Agostinho e Seu Tempo. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989.

PAVIANI, Jayme. Platão e a Republica: Ed. Jorge Zahar, 2003.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. A Patrística Latina e santo Agostinho. *Historia da Filosofia I*. São Paulo: Paulus, 1990.

SPINELLI, Miguel. *Questões Fundamentais da Filosofia Grega*. São Paulo: Loyola, 2006, p. 278ss.

VOLTAIRE (François-Marie Arouet). *Tratado sobre a tolerância: a propósito da morte de Jean Calas*, São Paulo: Martins Fontes, 2000.

NOTAS

¹ SPINELLI, Miguel. *Questões Fundamentais da Filosofia Grega*. São Paulo. Loyola, 2006, p. 278ss.

² CONFISSÕES (Confessionum). São Paulo: Paulus, 1994.

³ VOLTAIRE (François-Marie Arouet). *Tratado sobre a tolerância: a propósito da morte de Jean Calas*, São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Artigo recebido em 17/05/2011
Artigo aprovado em 10/06/2011